



PARECER PRÉVIO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11526/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Abraham Lincoln Dib Bastos (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura – OAB/AM nº 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM nº 8.936, Caroline Mota Vieira - OAB/AM nº 10.505, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM nº 7.656, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM nº 9.032, Katarini Oliveira Gadelha - OAB/AM nº 11.747, e Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM nº 8.456.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 338/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** na prefeitura de Codajás, no exercício de 2015, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CF/1988 c/c art. 127, da CE/1989, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Orgânica TCE-AM e art. 3º, da Resolução nº TCE nº 09/1997.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



PARECER PRÉVIO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 5 de Junho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11526/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Codajás
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Abraham Lincoln Dib Bastos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura – OAB/AM nº 7.222, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM nº 8.936, Caroline Mota Vieira - OAB/AM nº 10.505, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM nº 7.656, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM nº 9.032, Katarini Oliveira Gadelha - OAB/AM nº 11.747, e Thara Natache Calegari Carioca - OAB/AM nº 8.456.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 338/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Codajás. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Comunicação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, responsável pela Prefeitura Municipal de Codajás, no curso do exercício 2015, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, “b”, “c” e “d” e art. 25 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, III, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), diante das impropriedades constantes nos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 do Relatório Técnico da DICAMI, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), diante das impropriedades identificadas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3.1 e 7.4 do Relatório Técnico da DICOP, e das impropriedades constantes nos itens 1, 2, 5, 6, 7, 8, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 do Relatório Técnico da DICAMI, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos no valor de **R\$ 222.911,52** (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e onze reais e cinquenta e dois centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás, em função da glosa especificada no item 03 da conclusão do Relatório de Vistoria in



ACÓRDÃO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

loco da DICOP (fls. 4541/4608), com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

- 10.5. Considerar em Alcance o Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos** no valor de **R\$ 587.400,00** (quinhentos e oitenta e sete mil e quatrocentos reais) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Codajás, em função da glosa especificada no item 17, à fl. 4645, do Relatório Conclusivo da DICAMI (fls. 4609/4707), com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.6. Comunicar ao Ministério Público do Estado do Amazonas** a respeito do teor da presente decisão, de acordo com o artigo 1º, inciso XXIV, da Lei n.º 2.423/1996, remetendo-lhe cópia integral dos autos, para que apure a responsabilidade e improbidade administrativa do ex-Prefeito Municipal de Codajás, **Sr. Abraham Lincoln Dib Bastos**, gestor e ordenador de despesa referente ao exercício de 2015, por infringência às normas legais já mencionadas.
- 10.7. Recomendar à Prefeitura Municipal de Codajás que:**
- 10.7.1.** Proceda à manutenção dos documentos técnicos de obras/reformas/serviços de Engenharia nos arquivos da Prefeitura, para que, por ocasião da presença da Comissão de Inspeção da DICOP/TCE, seja possível a análise *in loco*, evitando a necessidade de solicitação por notificação;
 - 10.7.2.** Seja observado o art. 6º, IX, da Lei Nº 8.666/1993 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto aos documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Composição de Custo Unitário, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se cabível) e/ou Projeto Geométrico (se cabível) em parceria com a Prefeitura Municipal e/ou outro órgão técnico na esfera estadual/federal; todos devidamente assinados por



ACÓRDÃO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas – CREA/AM;

- 10.7.3.** Seja observada a exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c o art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal n.º 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução n.º 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de Engenharia;
- 10.7.4.** Promova a exoneração do senhor **Ely Carlos De Lima Maia** do cargo de Controlador Geral, ou, de qualquer outra pessoa que esteja ocupando esse cargo e que não possua vínculo efetivo com o Município de Codajás, ao tempo em que, promova a nomeação no referido cargo de servidor capacitado do quadro de pessoal permanente do município de Codajás;
- 10.7.5.** Autue Representação visando apurar possível descumprimento das Leis de cargos e salários dos servidores efetivos, posto que a Administração da Prefeitura de Codajás não vem implementando a regra da progressão funcional, vez existirem servidores que estão há anos trabalhando no órgão mas continuam no início da carreira;
- 10.7.6.** Tome as medidas necessárias para realizar concurso público visando à imediata admissão de pessoal para aparelhamento do quadro de pessoal do magistério público do município conforme dispõe a Lei Municipal n.º 270/2009;
- 10.7.7.** Adote o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas para publicação de todos os atos oficiais, inclusive dos atos de pessoal (admissão, exoneração, rescisão de contratos, aposentadorias, disposição, licenças, etc);
- 10.7.8.** Exonere os servidores que estão incorrendo na prática de nepotismo e atente na nomeação de novos servidores para a norma contida na Súmula Vinculante do STF nº 13/2008;
- 10.7.9.** Tome as medidas necessárias no sentido de reduzir as despesas com pessoal, mais especificamente, aquelas previstas no artigo 23 da Lei Complementar nº 101/2000;
- 10.7.10.** Observe e cumpra os prazos legais e regimentais, assim como tenha maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 2.423/1996.



ACÓRDÃO Nº 23/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 12- Data da Sessão:** 5 de Junho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral